

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: REFLEXÕES HISTÓRICAS E PRÁTICAS OBJETIVAS E SUBJETIVAS

Alba Liarth da Cruz

Universidade Estadual do Ceará
<http://lattes.cnpq.br/8657178882523653>
<https://orcid.org/0009-0000-8218-1260>
E-mail: albaliarth@gmail.com

Darlan de Almeida Lima

Faculdade do Maciço de Baturité
<http://lattes.cnpq.br/4241287452208410>
<https://orcid.org/0009-0007-3893-6890>
E-mail: darlan.psicanalise@gmail.com

Fabiola Camurça Janebro Damasceno

Prefeitura Municipal de Fortaleza
<http://lattes.cnpq.br/7200957873564344>
<https://orcid.org/0009-0007-30073605>
E-mail: fabiolacjanebro@gmail.com

Leandro Soares Damasceno

Prefeitura Municipal de Caucaia
<http://lattes.cnpq.br/6151356758596322>
<https://orcid.org/0000-0003-1857-1808>
E-mail: leandrodamascenonutriprof@gmail.com

Luzia Duarte Rodrigues

Secretaria de educação de Sobral
<http://Lattes.cnpq.br/0672581884632231>
<https://orcid.org/0009-0002-3836-649X>
E-mail: luziaduarte22@yahoo.com.br

Antonio Duarte Rodrigues

Secretaria de educação de Sobral
<https://lattes.cnpq.br/8679549597184903>
<https://orcid.org/0009-0006-3039-5973>
E-mail: galdinoduarte13@gmail.com

Rebecca Emanuelle Freitas Lima

Universidade de Fortaleza
<http://lattes.cnpq.br/6774274242194197>
<https://orcid.org/0009-0000-9396-2425>
E-mail: rebeccaemanu@hotmail.com

Selma Bessa Sales

Secretaria Municipal da Educação - PMF
<http://lattes.cnpq.br/4958537359640381>
<https://orcid.org/0000-0001-5277-5607>
E-mail: selma.bessa@educacao.fortaleza.ce.gov.br

Sueli Fernandes Carneiro Marinho Ferreira

Instituto de Educação do Ceará

<http://lattes.cnpq.br/5603987800751485>

<https://orcid.org/0009-0002-0219-3187>

E-mail: suelisheep@gmail.com

Zinnia de Fátima Lima Freitas

Faculdade PLUS

<https://lattes.cnpq.br/7985180628089975>

<https://orcid.org/0009-0007-3893-6890>

E-mail: zinnia.psi@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N3-53>

RESUMO: A educação no Brasil sempre teve, em cada tempo, seus próprios desafios. O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise a respeito da educação brasileira de uma maneira bastante reflexiva, buscando vários pontos para compreender os cortes históricos que compuseram todos os elementos que sustentam os conceitos que hoje possuímos acesso. Por fim, destacamos que muito ainda temos para fazer, para explorar, investigar e provocar para que a nossa educação atue de uma forma límpida baseada na equidade para qualquer aspecto da vida humana, e que ela precisa acontecer sem se destacar como uma porta de empregabilidade de massa ou destacando apenas as classes privilegiadas em seu ponto de status.

PALAVRAS-CHAVE: Desafios. Educação Brasileira. Reflexões Históricas.

CHALLENGES OF BRAZILIAN EDUCATION: HISTORICAL REFLECTIONS AND OBJECTIVE AND SUBJECTIVE PRACTICE

ABSTRACT: Education in Brazil has always had, at each time, its own challenges. The development of the present study allowed an analysis of Brazilian education in a very reflective way, seeking several points to understand the historical cuts that made up all the elements that support the concepts that we have access to today. Finally, we highlight that we still have a lot to do, to explore, investigate and provoke so that our education acts in a clear way based on equity for any aspect of human life, and that it needs to happen without standing out as a gateway to employability of mass or highlighting only the privileged classes in their status point.

KEYWORDS: Challenges. Brazilian Education. Historical Reflections.

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil sempre teve, em cada tempo, seus próprios desafios. Assim, ao fazermos uma retrospectiva desde a vinda dos jesuítas até a conjuntura atual do ensino à distância e híbrido, fizemos uma caminhada de reflexões e apontamentos a fim de deixar bases para novas práticas. As práticas pedagógicas são também práticas sociais e não

ficam imunes a esse conjunto de transformações (FILHO, 2010). Compreendemos, portanto, que o ensino deve focar sobre a condição humana, a identidade terrena e as incertezas, para desenvolver uma educação com reforma das mentalidades (MORIN, 2003).

A Constituição Federal de 1988 dispõe da educação como direito social e ressalta que ela é dever do Estado e da família para garantir o pleno desenvolvimento da pessoa e preparo para cidadania e qualificação (BRASIL, 1988).

Na busca por uma educação de qualidade, resgatamos o novo Plano Nacional de Educação para o período de 2015 a 2024 que inclui metas importantes como a valorização do professor quanto à remuneração, carreira e formação.

Mesmo diante de inegáveis esforços, a educação brasileira ainda se encontra necessitada de atenção, visto que possui vários aspectos a serem trabalhados para que haja uma melhoria efetiva e buscando adotar a equidade. Discorremos neste artigo, acerca da frequência escolar no ensino público, que ainda não é a ideal, podendo ser, inclusive, causa de diversas questões propícias a serem investigadas. De forma equivocada, há uma tendência de se culpabilizar os próprios educadores como sendo os responsáveis por essa deficiência, enquanto que as famílias, de certa forma eximem-se dessa missão que também é delas.

De forma mais subjetiva, trouxemos reflexões sobre a perspectiva capitalista no tocante à aprendizagem, à ordem da sociedade pela ideologia e pela formação regulada do corpo social, que influenciam diretamente no planejamento e condução das políticas públicas e privadas de educação. Quanto à avaliação, neste contexto, ela passa a ser fruto de uma perspectiva híbrida de financiamento público e de regulação do mercado.

Trouxemos Cunha (2005) quando discute sobre a autoavaliação, trazendo à tona a necessidade de saber falar e ouvir, além de abrir canais de comunicação institucional para que as pessoas sejam reconhecidas, prioritariamente, pelo seu protagonismo e compromisso. A Lei 10.861, que institucionalizou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), com o objetivo de organizar a avaliação da educação superior, envolvendo emancipação e controle, não parece, entretanto, ter alcançado o

propósito descrito em sua proposta. Refletimos também sobre a objetividade na divulgação de resultados de instituições públicas e privadas, podendo criar dualidades classificatórias quanto à criação de leis ambíguas referentes às políticas de avaliação, gerando uma contradição entre o financeiro prevalecendo sobre a justiça social.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UM HISTÓRICO

A história da educação no Brasil se inicia em 1549 com a chegada dos jesuítas ao território brasileiro que até então era habitado por indígenas. Falamos nesse momento de uma educação totalmente ligada ao catolicismo que foi quase que exclusivamente a única no país por cerca de quase 200 anos (MATTOS, 1958, p. 35). Os jesuítas quando vieram para o Brasil trouxeram uma equipe multidisciplinar: professores, médicos, enfermeiros, boticários e educadores e com eles promoviam saúde, curavam doenças e alfabetizavam os índios. Nesse período, existiu também uma certa troca de saberes entre jesuítas e índios, tais como: algumas práticas para curar e tratar doenças utilizadas pelos nossos ancestrais que foram, pouco a pouco, adaptadas pelos jesuítas.

Em 1759 os jesuítas foram expulsos do país por Marquês de Pombal e conseqüentemente, todas as suas escolas foram fechadas. O que fez com que a educação no Brasil fosse abandonada e apenas algumas ações fossem retomadas, sem muita efetividade. Com a chegada da família real em 1808, a educação no país teve um novo impulso, porém com o objetivo cobrir as demandas da corte, com profissionais que os atendessem em vários setores e nessa perspectiva deixavam a desejar quanto à educação primária (AZEVEDO, 1964, p. 562). Esse novo impulso não poderia jamais ser comparado com o fato de podermos ter sido colonizados pelos jesuítas. Eles chegaram ao Brasil trazendo educadores, saúde e religião e tinham intenção de permanecer na terra, enquanto que nossos colonizadores vieram apenas com a intenção de degradar nosso país, explorar e retornar para sua pátria com as riquezas retiradas daqui.

Após a Constituinte de 1823, iniciou-se a discussão sobre as políticas de educação no Brasil culminando com a criação em 1827 da lei de criação de escolas de primeiras letras e com o ato adicional de 1834 foi delegado às províncias a responsabilidade da

educação primária. Nesse mesmo ano foi desenvolvido um projeto de lei que pretendia a criação da “Universidade Pedro II”, formada de cinco faculdades: Direito, Teologia, Matemáticas, Filosofia e Medicina. O projeto foi aprovado pelo Senado, mas não foi executado, deixando o país aguardando durante todo o século XIX por sua primeira Universidade (BOAVENTURA, 2009).

Em meados de 1920, a educação voltou a ser repensada e reformulada, surgindo assim, a primeira grande geração de educadores brasileiros, dentre eles: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Almeida Júnior, florescendo, com eles, os ideais da Escola Nova. Esse movimento lançou o chamado Manifesto dos Pioneiros (1932), um documento que reuniu as ideias de redefinição do papel educacional do Estado.

Em 1934, com a Constituição Federal promulgada houve uma evolução nas políticas de educação e o ensino era público e gratuito. Em contrapartida, a Constituição de 1937, objetivava a profissionalização incentivando a educação privada, confirmando a diferença de ensino entre classes sociais (FILHO, 2005). No intervalo que vai do ano de 1945 a 1964 houve um avanço nas políticas educacionais com o retorno da responsabilidade educacional pelo Estado, quando houve a sistematização do ensino em duas coordenações: uma, com gestão pela união e outra pelos estados e Distrito Federal. Da necessidade de haver uma maior organização de todo esse sistema, em 1961 foi elaborada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em 1971 foi publicada uma nova Lei de Diretrizes e bases, no auge da ditadura, no governo de Médici (GERMANO, 1993).

A Constituição Federal de 1988, chamada Constituição cidadã, em seu art. 6º dispõe que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Nela está garantido pelos artigos 205 a 214 o direito à educação, dando garantias para o pleno desenvolvimento da pessoa permitindo seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

O panorama da história da educação no Brasil, apresentado acima, e diante das transformações que surgiram com o avanço das tecnologias de comunicação e de

informação, leva-nos a repensar as práticas pedagógicas que, enquanto práticas sociais, não ficam imunes a esse conjunto de transformações (FILHO, 2010).

Segundo o pensador Edgar Morin, os educadores precisam refletir sobre a natureza do conhecimento a ser trabalhado pela escola, enfatizando o ensino sobre: a condição humana, a identidade terrena, as incertezas que cada vez mais assolaram a espécie humana, com vistas a desenvolver uma educação voltada para a compreensão em todos os níveis educativos e em todas as idades, que pede a reforma das mentalidades e a consideração do caráter ternário da condição humana, que é ser ao mesmo tempo indivíduo/sociedade/espécie. Concluímos também que há necessidade de que a educação se preocupe com a ética do gênero humano, tendo em vista estabelecer uma relação de “controle mútuo entre a sociedade e os indivíduos pela democracia e conceber a Humanidade como comunidade planetária” (MORIN, 2003).

A EDUCAÇÃO NO BRASIL E SEUS DESAFIOS

A educação tem sido a ferramenta principal que deve acompanhar o homem durante toda a sua vida, uma vez que hoje vivenciamos um mundo que evolui a cada dia e somente quem abre as portas para a educação e a aprendizagem consegue alcançar tais avanços. A educação é a base de qualquer ser humano, sendo indispensável para o convívio e inserção na sociedade e no mercado de trabalho.

O que pode ser percebido, em questão de dados fornecidos, os índices ainda não são os mais desejáveis, pois a sociedade está em constante evolução e muitas vezes a educação nas redes públicas e até privadas não se atualizam a tais mudanças e acabam não acompanhando as modernidades.

A educação é um tema mobilizador para a realidade brasileira e mundial visto que a educação recebida por cada indivíduo é o fundamento para os papéis que virão a ser desempenhados no convívio social, familiar, profissional e político.

Mesmo diante dos esforços, a educação brasileira ainda se encontra carente de atenção, pois a cada dia é perceptível que o número de alunos nas escolas vem se tornando menor e menos frequente, podendo suas causas serem diversas. De início, tende-se a

culpar os próprios educadores como os responsáveis pelo problema na educação brasileira, assim os professores se tornam alvo em meio a uma sociedade política em crise como vivenciamos atualmente. Os pais ou responsáveis e também toda uma sociedade cobram constantemente resultados aos professores, profissionais que já se esforçam para exercer sua tarefa, como se esses fossem os únicos responsáveis e capazes de melhorar a educação no Brasil.

É válido ressaltar que não basta apenas conceder aos professores livros e materiais didáticos, pois a qualidade educacional brasileira está constantemente interligada a boa formação dos educadores, sendo certo que um bom profissional pode trazer significativo desempenho no âmbito escolar. O desenvolvimento dos educadores acaba sendo uma condição para o bom desempenho na sala de aula. A maior responsabilidade das dificuldades encontradas nas escolas são impostas aos professores, os pais acabam entregando a educação de seus filhos, que na realidade deveria ser aprendida em casa, entregando esse pesado encargo aos educadores como responsáveis em educar e ensinar.

Segundo Castro (2014), o peso da educação tende a crescer e que do mesmo modo que a tecnologia evolui rapidamente, a capacidade de aprendizagem das pessoas depende do nível de escolaridade das mesmas e somente aquelas que estiverem em um patamar de conhecimento compatível com as tecnologias poderá entendê-las.

O Plano Nacional de Educação do Brasil planejou metas para os próximos 10 anos, ou seja, serão aplicadas até 2024, sendo divididas em 3 blocos de meta; o primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso à universalização do ensino obrigatório e à ampliação das oportunidades educacionais; o segundo, diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade; e o terceiro trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior. Vivemos um novo momento, o da procura pela educação de qualidade.

Previsto pela Constituição, o novo Plano Nacional de Educação para o período de 2015 a 2024, pela primeira vez inclui metas de qualidade, sendo um dos elementos

importantes para alcançar essas metas a valorização do professor, tanto em relação à remuneração e à carreira, quanto a sua formação.

Zygmunt Bauman chama a atenção para a responsabilidade com a juventude de hoje (e de amanhã) em uma sociedade tão comprometida com a lógica do consumo. É mesmo esse mundo sem esperança que vamos deixar como herança aos jovens? Que caminho será possível à juventude tomar para garantir um futuro “acessível” (BAUMAN, 2013).

O autor questiona-se sobre qual educação é necessária para se aprender. Bauman (2013) chama a atenção para a responsabilidade com a juventude de hoje e de amanhã em uma sociedade tão comprometida com a lógica do consumo. É mesmo esse mundo sem esperança que vamos deixar como herança aos jovens? Que caminho será possível à juventude tomar para garantir um futuro acessível. Conviver com o outro, reconhecer e aceitar a sua diferença? Bauman reflete sobre a necessidade de um contrato social que seja respeitado por ambos os lados, alóctones e autóctones, nos quais os direitos sociais, políticos e econômicos, sejam realmente respeitados.

As escolas brasileiras, sempre com foco nas escolas públicas, enfrentam diariamente diversos problemas, e em pleno século XXI, um dos problemas mais frequentes enfrentados por jovens e adultos a violência, o desemprego, a marginalização, falta de oportunidade no mercado de trabalho e o abandono escolar decorrente da necessidade de auxílio financeiro para a família. A realidade socioeconômica e política não se encontram das melhores e a ajuda de todos os integrantes do grupo familiar são importantes para o sustento de todos.

Quando construímos uma sociedade em que a lógica da felicidade e o valor da dignidade humana estão expressos na capacidade de adquirir bens de consumo, o não poder comprar significa não ser. “A plenitude do prazer de consumir significa a plenitude da vida. Compro, logo existo. Comprar ou não comprar, eis a questão” (BAUMAN, 2013).

Bauman (2013) argumenta que a raiva da juventude manifesta-se nas ruas, mas que os jovens não propõem uma mudança na ordem do desenvolvimento. Eles têm inveja:

querem ter acesso ao mundo de consumo dos ricos, mas com ideais de um outro estilo de vida, com maior contenção, temperança e moderação, o que não chegou às ruas.

A MODERNIDADE NA EDUCAÇÃO: VERDADES SUBJETIVAS E DESAFIOS NA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Michel Foucault, na obra “A verdade e as formas jurídicas” defende que só há certos tipos de sujeito de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas como base de formação do sujeito; sendo um novo paradoxo entre o subjetivo e o social no sentido de se verificar quando ou como o social se opõe ao subjetivo ou o forma.

De um lado se disciplina a reflexão capitalista sobre a aprendizagem, a educação, sobre a ordem da sociedade pela ideologia, pelo contrato e pela formação regulada do corpo social. Do outro lado, a pressão biológica sobre o histórico faz com que o biológico se reflita no político, onde seres vivos pressionam a sociedade como o próprio autor enfatiza:

...a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la. Foi a vida, muito mais que o direito, que se tornou objeto das lutas políticas, ainda eu estas últimas se formularam através das afirmações de direito. O “direito” à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o “direito” acima de todas as opressões ou “alienações” de se encontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse “direito” tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos esses novos procedimentos de poder que, por sua vez, também não fazem parte do direito tradicional da soberania.

Entre os contrastes envolvendo a noção de saber e de poder, surge uma dicotomia envolvendo a condição psicológica do sujeito e seu aspecto sociológico, uma vez que entra em cena a noção de sistema de representação de signos tendo por base a noção da angústia como afirma Michel Foucault na obra “Doença Mental e Psicologia”

Essa uma angústia histórica envolvem o paradoxo daquilo que Michel trata por paradoxo do saber sujeitoado”, conforme trata Michel Foucault na obra “Em defesa da Sociedade”

Por “saberes sujeitados”, eu entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. E foi pelo reaparecimento desses saberes de baixo, desses saberes não qualificados, desses saberes desqualificados mesmo, foi pelo reaparecimento desses saberes: O do psiquiatrizado, O do doente, O do enfermeiro, O do médico, mas paralelo e marginal em comparação com O saber médico, O saber do delinquente, etc. - esse saber que denominarei, se quiserem, o “saber das pessoas” (e que não é de modo algum um saber comum, um bom senso, mas, ao contrário, um saber particular, um saber local, regional, um saber diferencial, incapaz de unanimidade e que deve sua força apenas a contundência que opõe a todos aqueles que O rodeiam) -, foi pelo reaparecimento desses saberes locais das pessoas, desses saberes desqualificados, que foi feita a crítica. Vocês me dirão: Mas, ainda assim, ai como que um estranho paradoxo em querer agrupar, acoplar na mesma categoria dos “saberes sujeitados”, de um lado, esses conteúdos do conhecimento histórico metuculoso, erudito, exato, técnico, e depois esses saberes locais, singulares, esses saberes das pessoas que são saberes sem senso comum e que foram de certo modo deixados em repouso, quando não foram efetiva e explicitamente mantidos sob tutela. Por saber sujeitado, entendo duas coisas. De uma parte, quero designar, em suma, conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais. (...) E pura e simplesmente porque apenas os conteúdos históricos podem permitir descobrir a clivagem dos enfrentamentos e das lutas que as ordenações funcionais ou as organizações sistemáticas tiveram como objetivo, justamente, mascarar. Portanto, os saberes sujeitados” são blocos de saberes históricos, que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pode fazer reaparecer pelos meios, e claro, da erudição. (...) Tanto num caso como no outro, de fato, nesse saber da erudição como nesses saberes desqualificados, nessas duas formas de saberes, sujeitados ou sepultados, de que se tratava? Tratava-se do saber histórico das lutas. No domínio especializado da erudição tanto como no saber desqualificado das pessoas jazia a memória dos combates, aquela, precisamente, que até então tinha sido mantida sob tutela.

Essa luta envolvendo saberes, pessoas, organizações, conforme trata Michel Foucault na obra “Ditos e Escritos” envolve uma produção social conceituada como verdade, a qual envolve mecanismos de poder:

Há efeitos de verdade que uma sociedade, como a sociedade ocidental, e que se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder,

ao mesmo tempo porque estes mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades e porque estas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. São essas relações verdade/poder, saber/poder que me preocupam.

Michel Foucault retrata (o que poderia gerar entendimento entre as relações verdade/poder e saber/poder) quando trata do triângulo soberania-disciplina-gestão governamental cujo alvo principal é a população, e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança. Foucault trata de uma “governamentalidade” que acaba gerando um paradoxo em relação ao Estado:

Por esta palavra “governamentalidade” quero dizer três coisas. Por “governamentalidade” entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma, bem específica, bem complexa, de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade”, entendo a tendência, a linha de força que, em todo o ocidente, não cessou de conduzir e há muitíssimo tempo, em direção à preeminência deste tipo de saber que se pode chamar de “governo” sobre todos os outros: soberania, disciplina. Isto, por um lado, levou a toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro, ao desenvolvimento de toda uma série de saberes. Sabe-se que a fascinação exerce, hoje, o amor ou o horror do Estado, à sua história, aos seus avanços, ao seu poder, aos seus abusos. Encontramos está supervalorização do problema do Estado sob duas formas: Sob uma forma imediata, afetiva e trágica: é o lirismo do monstro frio diante de nós. Tem-se uma segunda maneira de supervalorizar o problema do Estado – e sob uma forma paradoxal, pois ela é aparentemente redutora -, é a análise em que consiste reduzir o Estado a um certo número de funções, como por exemplo, o desenvolvimento das forças produtivas, a reprodução das relações de produção.

Na dualidade entre adequação de ideias e a criação de realidades onde a avaliação da Educação brasileira passa a ser fruto de uma perspectiva híbrida de financiamento público e de regulação do mercado, João Ferreira de Oliveira o qual fez o prefácio da Obra de Rothen, afirma:

(...) Desde os anos 1980 a avaliação vem sendo implantada em vários países por meio de testes estandardizados com ênfase em resultados ou produtos educacionais. A avaliação educacional passa a servir, por um lado, para o controle e regulação do Estado e, por outro, como mecanismo e introdução da lógica do mercado, objetivando maior

competição e desempenho, além de reforçar valores como o individualismo, a meritocracia e a competência.

Nesse dualismo entre controles e valores, José Carlos Rothen cita Andréia da Cunha Malheiros Santana no segundo capítulo, a qual disserta sobre um paradoxo interessante: a autora, ao resgatar a discussão teórica sobre as novas configurações do Estado, aponta que a avaliação externa consiste em um mecanismo de controle das escolas ao mesmo tempo em que lhes dá autonomia, ou melhor, uma pseudoautonomia, que permite à escola tomar decisões sobre questões secundárias, sendo as principais decisões tomadas em outras instâncias, às quais ela não tem acesso. O preço pago por esta pseudoautonomia é a responsabilização da escola pelos fracassos das políticas educacionais.

Cita, ainda, um estudo escrito por Jaime Farias Dresch sobre o papel da mídia no processo de culpabilização pelos resultados obtidos nas avaliações externas brasileiras e internacionais.

Este estudo foi escrito por Jaime Farias Dresch, que buscou resgatar como a mídia pode ser parcial ao transmitir determinados resultados; guiada pelo processo de “mercadificação”, muitas vezes, a mídia tem divulgado resultados de avaliações externas como uma forma de prestação de contas à população, simulando uma objetividade que mascara a sua forma parcial de criar rankings e divulgar notas.

No livro de José Carlos Rothen, Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes falando sobre a Autoavaliação envolvendo a percepção dos estudantes, descreve uma dualidade no texto de Cunha (2005), sobre o exercício da autoavaliação que implica em saber falar e saber ouvir, e que envolve abrir canais de comunicação institucional para que as pessoas, ao serem reconhecidas pelo seu protagonismo, sejam também reconhecidas pelo seu compromisso.

Exercitar a autoavaliação é fugir das dualidades classificatórias, tão acarinhadas pela ciência moderna, como bom/ruim, certo/errado, aprovado/reprovado, capaz/incapaz e por aí adiante. É incorporar a relatividade sem, entretanto, perder o rigor. Os dados não devem estar a serviço de uma escala de classificação, mas sim servirem para a formulação

de um julgamento sobre a qualidade dos serviços educativos prestados pela instituição e melhorar a tomada de decisões (CUNHA, 2005, p. 212).

José Carlos Rothen cita ainda um paradoxo envolvendo a própria lei de Lei 10.861, que institucionalizou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), com o objetivo de organizar a avaliação da educação superior, envolvendo emancipação e controle, que parece envolver o paradoxo entre as dualidades classificatórias.

A tentativa de conciliar a visão emancipatória da avaliação com a visão de controle tornou a citada lei ambígua em relação aos procedimentos a serem adotados e ao papel da avaliação. Durante o primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a política de avaliação da educação superior oscilou entre essas duas visões (ROTHEN; SCHULZ, 2007; BARREYRO; ROTHEN, 2006).

Alan Tait e Jennifer O'Rourke, falando sobre justiça social no livro de Zawacki-Richter e Anderson destaca um paradoxo envolvendo finanças e justiça social nas duas situações que poderiam ser efetivadas pelo setor privado na área da educação:

No entanto, as instituições do setor privado podem fazer duas coisas que podem ser consideradas valiosas contribuições para uma sociedade comprometida com justiça social. Primeiramente, o setor privado pode servir audiências estabelecidas, que não necessitam de apoio estatal ou outras fontes sem fins lucrativos; e, em segundo lugar, o setor privado pode inventar mercados e, pela inovação, criar produtos e serviços que os usuários não haviam ainda solicitado, mas que consomem, às vezes com grande entusiasmo, em sua oferta inicial. Isso pode ser aplicado em contextos educacionais e também em setores mais conhecidos e impulsionados pela produção de produtos. Uma questão para ambos os setores de ODEL, público e privado, é se as considerações financeiras prevalecem sobre os princípios de justiça social.

Esta justiça social estaria relacionada somente à dualidade envolvendo à carga de trabalho e à qualidade de aprendizagem na formação docente para uso eficaz das tecnologias para ensino e aprendizagem, na dualidade entre distinguir o apoio à equipe

de suporte técnico e de suporte educacional, na dualidade entre interação humana e interatividade ou na dualidade entre criatividade e acesso?

Estas proposições acima podem ser resumidas em duas formas de visão envolvendo a questão dos alunos conforme Woodley e Simpson falam sobre evasão no livro de Zawacki-Richter e Anderson sobre a dualidade presente na aprovação no EAD:

(...) suspeito que os estudantes não sejam os únicos afetados por esse sentimento, mas também a equipe que trabalha com educação a distância. Creio que a equipe pode abordar os alunos de duas maneiras: 1) “Estamos aqui para eliminar os inaptos — estamos aqui para definir normas, e se alguns alunos não as alcançarem, sinto muito.” Chamo isso de abordagem Darwinista. 2) “Os alunos estão condenados a passar ou reprovar e não há muito que possamos fazer sobre isso: fornecemos experiências de aprendizagem de alta qualidade, mas cabe aos alunos usá-las ou não.” Chamo isso de abordagem Fatalista.

Edméia Santos cita RECUERO (2009) falando sobre os praticantes das redes sociais, os quais se encontram não só para compartilhar suas autorias, mas para gerar vínculos sociais e afetivos por diferentes razões objetivas e subjetivas, utilizando softwares sociais em redes digitais:

“Os softwares sociais são as interfaces de comunicação e que a redes sociais são em si a própria comunicação, ou seres humanos em processo de comunicação, no caso da internet mediada pelo digital em rede com suas interfaces. Essa distinção é meramente didática. Concordamos com Recuero (2009), para quem uma rede social da internet é “um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós de uma rede) e suas conexões (interações ou laços sociais)” (p.24).

Edméia Santos cita Edgar Morin ao tratar da intencionalidade pedagógica e formativa que vai se auto-organizando a partir de inquietações e problemáticas advindas da prática e da docência do professor-pesquisador, no que considera como um dilema da qual descreve o trecho de ZABALBA (1994).

Um dilema é “todo o conjunto de situações bipolares ou multipolares que se apresentam ao professor no desenrolar da sua atividade profissional” (ZABALZA, 1994, p.19). Muitas vezes os dilemas não aparecem de forma consciente ao pesquisar. Por isso, é importante a partilha dos dilemas. O que pode ser problema para um praticante da pesquisa, pode não ser para outros, até que os mesmos deixem seu caráter tácito e passem a ser explicitados para todo o coletivo. Nesse sentido, dois aspectos do conceito de dilema são especialmente importantes para nossas reflexões: a) os dilemas são constructos descritivos (isto é, identificam situações dialéticas e/ou conflituais que

se produzem nas situações didáticas), b) estão próximos da realidade: referem-se não a grandes esquemas conceituais, mas antes a atuações concretas relativas a situações problemáticas no decorrer da aula (ZABALZA, 1994, p.62). Pesquisar é antes de tudo inquietar-se, é questionar a realidade procurando respostas sempre temporárias, pois, no contato com estas, novas inquietações engendram-se levando-nos a uma busca incessante por novas respostas e explicações. Nesse processo, o pesquisador busca em princípio parcerias intelectuais e teóricas colocando a teoria num lugar de destaque. Contudo, o objeto só se desvela na interface entre o campo empírico e o referencial teórico.

Edméia Santos cita SILVA (2009) falando da necessidade de uma interatividade com intencionalidade, cita três fundamentos para o que chama de Webquest interativa. WebQuest significa, literalmente, uma demanda na web, e é definida por seu autor, Bernie Dodge (1995), da seguinte maneira:

“Uma WebQuest é uma atividade orientada para a pesquisa em que alguma, ou toda, a informação com que os alunos interagem provém de recursos na internet, opcionalmente suplementados por videoconferência”. (Apud WebQuest Escola do Futuro – USP. Disponível em: www.webquest.futuro.usp.br).

Citando Silva, Edméia nos apresenta-nos três fundamentos da interatividade:

“Participação-intervenção: participar é muito mais que responder “sim” ou “não”, é muito mais que escolher uma opção dada; participar é modificar, é interferir na mensagem; bidirecionalidade-hibridação: a comunicação é produção conjunta da emissão e da recepção; o emissor é receptor em potencial e o receptor é emissor em potencial; os dois polos codificam e decodificam; permutabilidade-potencialidade: a comunicação supõe múltiplas redes articulatórias de conexões e liberdade de trocas. Não propõe uma mensagem fechada, ao contrário, oferece informações em redes de conexões permitindo ao receptor ampla liberdade de associações e de significações.

Assim, os mecanismos de poder produzem saberes de verdade os quais se projetam nas relações entre governo, estado e população, mediadas por relações de produção e consumo, trabalho e lucro, onde o pensar e o falar do sujeito perde a coerência do discurso, encenando uma exclusão de si e do outro, em uma idealização de ideia de loucura que envolve não apenas medo e sonho mas a luta entre a consciência crítica e a superficialidade do vazio estético.

Tanto a simulação de objetividade da mídia na divulgação de resultados de instituições públicas e privadas criando dualidades classificatórias quanto a criação de

leis ambíguas referentes às políticas de avaliação geram uma contradição entre considerações financeiras prevalecem sobre os princípios de justiça social. Considerações financeiras que pressionam a carga de trabalho, a qualidade de aprendizagem na formação docente no uso eficaz das tecnologias para ensino e aprendizagem e princípios de justiça social que enfatizam a interação humana diante da interatividade e criatividade diante do acesso, gerando uma contradição acerca do ensino EAD, se exclui os inaptos ou se gera qualidade a quem se duvida da capacidade de uso da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise a respeito da educação brasileira de uma maneira bastante reflexiva, buscando vários pontos para compreender os cortes históricos que compuseram todos os elementos que sustentam os conceitos que hoje possuímos acesso. Para além disso, é importante ressaltar que consideramos neste estudo os fatos temporais e atemporais que são imprescindíveis para que possamos alcançar de uma forma imperativa. Nesta teoria trouxemos fatos desde a chegada dos Jesuítas às transformações das novas tecnologias que hoje estão sendo acionadas cotidianamente em atividades escolares.

Sobretudo, esse estudo também nos permitiu fundamentar questões sobre o papel do professor diante dessa temporânea. Mediamos aqui onde esse personagem precisa intervir na dinâmica educativa do seu estudante. Refletimos também sobre o papel da família na interação dos construtos dos seus entes queridos, e de como é crucial a tríade professor, estudante e família estarem embalados em uma mesma sintonia de transformação por meio da educação. Invocamos aqui nessa obra o benefício da dúvida, da angústia dos profissionais da educação e os impactos que cada sujeito exerce na sociedade.

Pautamos aqui também os desafios enfrentados no passado e na contemporaneidade, e como a nossa educação pode amortizar os entraves das desigualdades sociais se seguir o contrafluxo causado pelas verdades absolutas que tem como norte regar o efeito manada de massa de manobra. Conseguimos aqui compor um

desafio reflexivo para os atuantes da vigente no país, deixando uma arranhadura causada nas então verdades absolutas, pois como foi posto em linhas anteriores a sociedade inevitavelmente sentirá os impactos quando as classes desfavorecidas tiverem acesso regular a uma educação de qualidade pautada na transformação de vida, e não apenas é uma marcadora de funções preestabelecidas pela história engessada.

Por fim, destacamos que muito ainda temos para fazer, para explorar, investigar e provocar para que a nossa educação atue de uma forma límpida baseada na equidade para qualquer aspecto da vida humana, e que ela precisa acontecer sem se destacar como uma porta de empregabilidade de massa ou destacando apenas as classes privilegiadas em seu ponto de status.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, F. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Melhoramentos, 1964. (Obras completas V 13).
- BOAVENTURA, E. M. **A construção da universidade baiana**: objetivos, missões e afrodescendência [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. A educação brasileira no período joanino. pp. 129-141. ISBN 978-85-2320-893-6. Available from SciELO Books.
- BAUMAN, Z. **Sobre a educação e juventude**. RJ: Zahar, 2013.
- BRASIL. **PNE - Plano Nacional de Educação** (2014/2024) em movimento. Disponível em; < <http://pne.mec.gov.br/>> Acesso em 10 de setembro de 2017.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Lei Nº 10.861, de 14/04/200 Disponível em: <<http://www.proplad.ufu.br/legislacoes/lei-no-10861-de-14042004-sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior-sinaes>>. Acesso: 18/07/2021
- CASTRO, C. M. **Os tortuosos caminhos da educação brasileira**: pontos de vista impopulares. Porto Alegre: Penso, 2014.
- GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.
- FOUCAULT, M. **1926-1984**: Estética, literatura e pintura, música e cinema/Michel Foucault, organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta, tradução Inês Autran Dourado Barbosa – 2ª ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso** – Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970: tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio – 5ª ed. São Paulo. Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**/Michel Foucault; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7^a.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito** / Michel Foucault: edição estabelecida sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana, por Frédéric Gros; tradução Márcio Alves da Fonseca. Salma Tannus Muchail. 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Tópicos)

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas** / Michel Foucault: tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes, et al, 7^a.ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**: tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1988.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: Uma arqueologia das ciências humanas: tradução de Salma Tannus Muchail. 8^a.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999

FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos**: Curso no Collège de France, 1979-1980: aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980 / Michel Foucault; tradução, transcrição e notas Nildo Avelino. – São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

FOUCAULT, M. **Doença Mental e Psicologia** / Michel Foucault; Tradução de Lilian Rose Shalders, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Centro de Cultura Social, 2009.

FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France, 1975-1976 / Michel Foucault; Tradução Maria Ermantina Galvão, São Paulo: Martins Fontes. 1999.

FOUCAULT, M. **Estratégia**: Poder-saber / Michel Foucault; Organizador Manoel Barros da Motta, Coleção Ditos e Escritos IV, Poder-Saber. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, M. **História da Loucura** / Michel Foucault; Equipe de realização— Tradução: José Teixeira Coelho Netto; Revisão de texto: Antônio de Pádua Danesi; Revisão de provas: Aníbal Mari, José Bonifácio Caldas, Plínio Martins Filho e Vera Lúcia B. Bolognani; Produção: Plínio Martins Filho. Rio de Janeiro, Editora Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: Vontade de Saber** / Michel Foucault; Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque 13^a edição; Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres** / Michel Foucault; Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; Revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque 8^a edição; Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade III: O cuidado de si** / Michel Foucault; Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; Revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque 8^a edição; Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

LACAN, J. **1901 – 1981 Seminário**: Livro 1: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954/ Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; versão brasileira de Betty Milan. - Jorge Zahar Editor - Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MATTOS, L. A. **Primórdios da educação no Brasil**: o período heróico (1549-1570). Rio de Janeiro: Aurora, 1958. Disponível em <<https://serenna.jusbrasil.com.br/artigos/605451719/historia-da-educacao-no-mundo-e-no-brasil>>. Acesso em: 18/07/2021

MORIN, E.; Ciurana, E.; Roger, M. R. D. **Educar na era planetária**. O pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. Cortez editora. São Paulo. 2003 Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela

PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã** – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/ Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60.

ROTHEN, J. C., SANTANA, A da C. M. **Avaliação da educação**: referências para uma primeira conversa / organizadores: José Carlos Rothen, Andréia da Cunha Malheiros Santana. -- São Carlos: EdUFSCar, 2018. 207 p.

SANTOS, E. **Pesquisa-formação na cibercultura** / Edméa Santos. – Teresina: EDUFPI, 2019. E-book.

ZAWCKI-RITHTER, O., ANDERSON T. **Educação a distância online**: construindo uma agenda de pesquisa / organizadores Olaf Zawacki-Richter, Terry Anderson. -- 1. ed. -- São Paulo: Artesanato Educacional, 2015. - (Série tecnologia educacional)

Submissão: maio de 2023. Aceite: junho de 2023. Publicação: agosto de 2023.